

Memórias em batalhas: dimensão política da memória

*João Carlos Tedesco**

Resumo

O texto analisa a dimensão política da memória, seu uso, sua importância para a História, alguns elementos presentes na definição das memórias políticas e das políticas de memória, em especial pelos grupos políticos no poder. Nesse sentido, enfatiza-se a memória patrimonial como um grande recurso e mediação nas ações de governo e nas de controle social.

Palavras-chave: Memória. Política. Poder. Controle social.

A ocultação do real é sem dúvida o aspecto mais importante da apreensão do real. (Poirier)



Figura 01: A memória possui uma função política muito importante. Pode ser utilizada por governantes, em especial de regimes autoritários e centralizadores, para produzir sentimentos e processos coercitivos coletivos, adesões irracionais e incontestes, consciência e memória coletiva; também pode servir para os movimentos sociais em suas reivindicações, ritualidades e conhecimento histórico. A legitimidade no/do poder pressupõe comparações de fatos em tempos variados, enquadramentos e apagamentos, bem como novas ritualidades e simbologias. Nesse sentido, o campo de ação da memória social e da memória política torna-se muito fértil.

Fonte: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/> Acesso em 12/dez./2010.

Introdução

A história e a memória se confrontam com horizontes frágeis da vida e das concepções de mundo (afetividade, subjetividade, emoções, ressentimentos etc.), porém, ao mesmo tempo, com abusos e manipulações, com dados objetivos, ostensivos e pragmáticos. Sua dimensão afetiva e emotiva pode, também, ser um fator (maná, mística) para situações de efervescência social, grandes embates e disputas, tempos e fatos que se tornam corrosivos do/no tempo presente e que podem produzir materialidade de fatos, ambientes construídos, (situ)ações de confronto social.

Nesses dois horizontes de possibilidade da memória para a manipulação e/ou empoderamento, estão presentes esferas do poder, do dito gerenciamento social, dos acordos mínimos com o tempo e com os fatos, da reconstrução de tradições e identidades de grupos, mas, acima de tudo, do esquecimento deliberado. A utilização deliberada do esquecimento manifesta o caráter seletivo da lembrança e, por isso, da instrumentalização e uso da própria memória.

Refletimos essas dinâmicas de controle social e político da memória, essa, presente na esfera política e também induzindo políticas de memória. É uma revisão de literatura com a intenção de enfatizar a memória como algo dinâmico, importante mecanismo e recurso para a esfera do poder político.

A política na memória e a memória política

*Busca-se um acordo com o passado
(Mandela)*

Sarlo (2007, p. 9) diz que o passado, em geral, é conflituoso e que a história não acredita muito na memória, porém, essa também desconfia que a história sirva para reconstituir e manipular as lembranças. No entanto, assim como podem estar juntas, não significa que não se duvidem, dividam e divirjam. A autora diz que o retorno

do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente para um uso político e perigoso para a harmonia social.

Se pensarmos nas comemorações nacionais, nos processos de seleção dos conteúdos lembráveis, nos rituais coletivos, midiáticos, políticos etc., veremos que a memória expressa interesses em jogo (políticos, ideológicos...) e que há um uso e seleção de memória coletiva, ou seja, não é incomum buscar significados diversos do passado para o uso no presente. Diz Silva (2004, p. 437) que a ambição da fidelidade ao passado é ameaçada quando as ideologias se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória coletiva. A história oficial é uma memória coletiva oficializada, ou seja, uma memória ideológica, em vez de ser uma memória criticada ou criticizada.



Figura 02: Em 18 de dezembro de 2008, a Prefeitura de Madri retira a estátua do ex-ditador Franco; essa ação ocorre 33 anos após a morte do ditador.

O governo socialista quis, com isso, “eliminar traços da ditadura”.

A ação visou remover os traços de Franco em nome de ruas, estátuas e todos os símbolos que o glorificam. Franco conquistou o poder e produziu uma guerra civil no final dos anos 30, ficou no poder até morrer em 1975.

Fonte: Foto AP http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,MUL1212337_5602,00.html.

Acesso em: 30/dez./2010.

Milan Kundera (1998) desenvolveu com grande propriedade o uso da memória como canal político; enfatizou que cada governo e país, dependendo das circunstâncias, têm necessidade de um passado para estabelecer relações de recíproca convivência, assim como o tem do esquecimento. Segundo o mesmo autor, os regimes totalitários temem a memória, impõem suspensão da temporalidade, em geral, adotam uma prática comemorativa e uma obsessão pela ritualidade que lhes interessa para construir a identidade e sua apropriação. Por isso, a memória pode se tornar um elemento mediador para o campo político e pode estar no interior de um campo de batalha pela significação dos tempos, dos fatos e dos sujeitos que desejam se centralizar. Nesse sentido, podemos ver que a memória é muito importante, tem um poder desestabilizante, pode, também, produzir pluralidades de significados e tempos, ou melhor, pressupõe-se isso e, por isso, faz-se de tudo para evitá-la, ou então, usá-la como enquadramento. Diz Kundera (1998, p. 193) que,

[...] para liquidar os povos [...] se começa a privá-los da memória. Se destroem os seus livros, a sua cultura, a sua história. E, algum outro escreve outros livros, lhe fornece uma outra cultura, inventa uma outra história; depois disso, o povo começa lentamente a esquecer aquilo que é e aquilo que foi. E o mundo ao seu redor esquece ainda mais rápido.

No entanto, sabe-se que há memórias que se conservam, que driblam as tentativas de massificação, de uso político de grupos, que conservam traços, que resguardam vividos, e concepções, que podem deslegitimar a linearidade da história institucional, ou seja, podem subvertê-las, desestabilizá-las e contrastá-las. A esfera do cotidiano, do não-institucional, dos campos das relações informais, os grupos sociais encontram formas de (re)valorização de horizontes internos, de suas culturas e tradições, ainda que de forma nem sempre sistemática e coletiva. O cotidiano deixa a memória menos tenaz, mesmo que, em sua pragmaticidade, o que interessa mais são os interesses presentes (BOSI, 1990).

Como vimos, a memória coletiva foi sempre central para o poder público. Essa esfera busca codificar representações comuns do passado, suas condições de transmissão, seus processos de seleção; em geral, o poder público elege um grupo, uma elite para tanto, são os “notáveis da memória” que dimensionam políticas de memória, os quais produzem objetos do passado, arquivos, lugares, fatos, exigem mediações acadêmicas e visibilidade midiática. Porém, não é só a esfera pública a mediadora e/ou produtora disso. As igrejas, as famílias, os partidos, os sindicatos etc., também podem ser produtores de políticas de memória com os mesmos pressupostos da esfera pública, ou seja, deliberando realidades reguladoras e impositivas de lembrança comuns (Halbwachs diz que entre o indivíduo e a nação há grupos que produzem sua memória e que agem diretamente sobre o pensamento de seus membros e de outros), sua governabilidade e gestão. É a dimensão política da memória que ordena a (re)produção das lembranças oficiais.

As políticas do passado articulam a produção, a conservação e a transmissão da lembrança, de valores, de cognições e representações de uma referida sociedade (memórias sociais e memórias coletivas), de um fato e de um governo que passarão a ter uma incidência direta sobre a matriz simbólica de uma sociedade em relação a uma época, ou, então, produzir uma “instituição imaginária de identidades coletivas” (MICHEL, 2010, p. 5).

O Estado, em especial o de tendência totalitária, possui os melhores e maiores meios para legitimar as memórias (poder de pressão, de imposição, repressão, canais de divulgação, autoridade científica, caráter de arquivista-o que guardar, quando abrir arquivos...). Instituições também podem ser mediadoras desse processo na medida em que fazem trabalhos de mobilização, de pressão pela lembrança, de reivindicações de ações de comemoração e de denúncias. Isso demonstra que a memória é algo útil na mão de atores sociais, pode servir de lucro simbólico e estratégico, expressão da convicção, dos valores, representações e controles sociais.

O poder político alarga mais sua ação se formos comparar com outras instituições intermediárias (família, igrejas, classes), pois não

se direciona a um grupo, a uma sociedade específica, mas ao conjunto nacional, o que está em jogo são as representações e reconstruções do passado em sua dimensão histórica, como artefato da linguagem, das ritualidades, da posição e da política de grupos (quadros sociais, papéis e posições sociais funcionando como sociotransmissores (KOSELLECK, 1990). Isso revela uma narrativa finalista (determinada) do passado e sua instrumentalização política através da intervenção de atores públicos, visando produzir e impor uma memória pública oficial à sociedade, expressão do monopólio dos instrumentos de ação pública (CANDAU, 2005, p. 16) demonstra a “arte de governar a memória pública”, de atribuir o que, como e quando lembrar sobre o passado, um “regime memorial” ou de “historicidades” que ordenam os tempos, lhes dão sentidos e traduções (nomes de ruas e praças, novas edificações de monumentos, estátuas etc., quando alteram-se quadros políticos). Koselleck (1990) chama isso de “democratização das políticas memoriais”, dos simples mortais aos “grandes homens” em nome de uma contribuição política e cultural à nação. Por isso que é interessante para a esfera pública ter os seus “empreendedores de memória” (um lobbying memorial), os que se envolvem na organização das comemorações, a erguer monumentos, produzir cerimônias e sujeitos que incorporam no campo político uma conotação de unidade nacional (soldados, líderes, cidadãos mortos...).

Michel (2010) coloca que, conforme se solidifica a estabilidade política, os consensos entre cidadãos e as estruturas mentais e institucionais em torno de um regime político (o que está no poder), reduzidas se tornam as celebrações de suas fundações (ex. regimes republicanos, consolidação das fronteiras nacionais, estabilidade nacional, pouco se ritualiza sobre a Revolução Francesa, sobre o 14 de julho na França, sobre a Segunda Guerra Mundial...). Acredita-se que esse processo tende a enfraquecer também as adesões e as ações de uma “política de memória” (Pierre Nora, em alguns dos volumes dedicados aos lugares de memória enfatiza isso). O autor chama de neopatrimonialismo, como o culto do presente, embasado num novo regime de historicidade, numa nova configuração social do

imaginário nacional, diluído na mundialização e, mais estreitamente, no pacto e na ideia de “União Européia”. Em contrapartida, esse processo de erosão de memórias nacionais poderá criar um espaço de oportunidades para o desenvolvimento de memórias locais (regionalismos, celebrações locais, publicização de memórias locais que, não necessariamente, estejam ou precisam estar em oposição às nacionais).

Além desse fator das memórias e culturas locais, o esquecimento deliberado, por paradoxal que seja também pode ser um instrumento de ação pública memorial (CANDAU, 2005, p. 125). A memória é seletiva em sua natureza, tanto individual quanto coletiva (omissão involuntária, traumas coletivos, conchavos de reconciliação nacional, deliberações e ocultações ideológicas do status quo político, esquecimento ligado à dissimulação para não promover vingança, humilhações identitárias, lugares de lembranças traumáticas). O que quero enfatizar é que a esfera pública ou a institucional possui instrumentos para “comandar o esquecimento” e a “paz civil” (uso político da amnésia jurídica, política e histórica; destruição de documentos, de rastros) aquilo que, no fundo, Primo Levi chamou de “Reich millénaire contre la mémoire” (esquecimentos dos etnocídios e genocídios). Há também a estratégia dos pedidos de perdão e de arrependimento público, reconhecimento social de imputação moral, de liberação do peso da culpabilidade em torno de algo (MICHEL, 2010, p. 182), que não serve para apagar a memória, mas para fazer sarar a memória, livrar do peso da culpa. O perdão colabora para ritualizar o conflito por outros meios e dar um futuro à memória (uso político, religioso e moral do perdão, reconhecimento de fatos históricos e da culpabilidade). Essa dimensão é de cunho histórico de ações estratégicas da Igreja Católica, é o que Derrida (apud, MICHEL, 2010, p. 184) chamou de “mundialatinização” do discurso cristão.

Nas sociedades sem ou com escrita sempre houveram os ditos “homens-memória”, especialistas encarregados, deliberadamente ou não, de reproduzir lembranças e, com isso, manter viva, através de rituais, narrações, festejos sociais, símbolos objetivos, a memória de grupos (seja coletiva ou social), a coesão de grupos, a garantia de

elementos do passado no presente que a esse signifique (LE GOFF, 1989). Por isso que, muito mais em tempos atrás, genealogistas, tradicionalistas, sacerdotes, intelectuais, idosos, dentre outros, tinham a obrigação e a função social de recuperar recordações, vividos, de não permitir o esquecimento, selecionar o que deveria e interessaria ser transformado em recordação e lhe dar perenidade pela transmissão (LE GOFF, 1979). Atualmente, o campo da política, dos gestores da sociedade, dos grupos hegemônicos, em geral associados às esferas da grande mídia e da indústria do turismo, encarregam-se de dar a versão do passado que melhor lhes convier, lhes agradar e lhes trazer benefícios econômicos. Os patrimônios são acionados pelo viés de sua receita financeira e de sua atração turística; sua dimensão cultural, imaterial lhes é significativa.

Vivemos uma era que tematiza fortemente as noções de patrimônio, que, no fundo, passa a ser expressiva de um desejo de tudo patrimoniar. Preservar demonstra o desejo de tornar algo perene, de dar um sentido cultural, um patrimônio material, um bem de natureza material e imaterial imbricados. Autores enfatizam a necessidade de não separar de uma forma apressada bens tangíveis de intangíveis, pois, valores materiais, em geral, são criados também por valores imateriais (DODEBEI, 2008). Os patrimônios passam quase sempre por disputas de vários modos (significados, memórias, definições conceituais, o que deve ser esquecido etc.), pois eles manifestam formas variadas de ver o mundo e de produzir sentidos por grupos sociais.

O patrimônio utiliza fragmentos da história, são resumos e traços; as edificações, o imagético de cal e cimento e sua manifestação deliberada de memória passavam e continuam (principalmente facilitados pelas condições técnicas) a ser intencionais, um campo de disputas em vários de seus sentidos, significados, interpretações e politizações (SILVA, 2004). Desse modo, passado e presente se condicionam. Em geral, é sempre o presente a condicionar o passado, porém, a matéria-prima desse condicionamento advém sempre do passado traduzido e, esse, também condiciona o presente (ELIAS, 1998). Insistimos nessa dimensão dialética dos tempos, pois nos

permite vê-los como dinâmicos e intencionalizados, não dados e muito menos neutros.

Há um esquecimento desejado e regulado pelo poder. Por isso não dá para conceber a memória como neutra; é sempre um processo ativo de atribuição e sentido seletivo. O poder pode colonizar a memória, pois busca os referenciais necessários para construir sua própria legitimação, excluindo o que contradiz a versão “oficial” do passado, apropriando-se dos conteúdos da História passada para construir um presente adaptado e dirigido (SILVA, 2004). E, assim, toda a estratégia de lembrar implica, reciprocamente, uma estratégia de esquecer. Sabemos que não há um olhar ingênuo do passado, há critérios que atribuem valor ao olhar e ao esquecer (CARRERA, 2001, p. 67).

Experiências condicionadas

“O passado que é conhecido é um artefato nosso.”
(Lowenthal)

Sabemos que a memória envolve sempre pessoas; essas reinterpretam suas experiências, presentificando-as em correlação com múltiplas representações produzidas socialmente, fatos históricos, identidades e imaginários sociais cristalizados ou em processo de se solidificar. É comum no processo histórico e social a produção do esquecimento ou do silêncio alter/autoimposto para ajustar o passado com as intenções/ressentimentos ainda consequentes do presente e das perspectivas futuras (POLLAK, 1989). Com isso, podemos dizer que não há uma completa supressão de lembranças (Bergson insiste nisso). Nos processos históricos e políticos das sociedades, em diversas temporalidades, sempre se fizeram presentes memórias condicionadas, reprimidas, não enquadradas e não lembradas no coletivo histórico (TODOROV, 1995). Há memórias que fogem e driblam os condicionamentos; em geral, essas são expressivas do universo ritualizado no lugar de convívio (casa, rua, trabalho, comunidade, vizinhança, local de identificação geográfica) e nas relações de maior proximidade e

pertencimento; essas auxiliam na configuração de saberes, de vividos significativos, que cimentam experiências e consciências em torno do tempo e dos lugares, conseguem, mal ou bem, transcender esferas manipuladoras do passado por forças externas poderosas (LEVI, 1986). Essas são também memórias que se ritualizam ao redor de grandes símbolos, de grandes edificações ditas representativas do passado como monumentos espalhados por nossas cidades, muitos dos quais extemporâneos e de pouco significado (CHAGAS, 2005).

Sem dúvida, os monumentos buscam exercer mediações de memória. Glória, fama, alegoria, valor cultural, social e político, histórico, controle social, poder, regionalismo, aspirações políticas são algumas das expressões mediadas pelo monumento de memória. Porém, no fundo, a memória dita patrimonial (em especial do grupo, de coletividades, nacionalidades, de tempos significativos da memória nacional etc.) é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder se exprime na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico (ELIAS, 1998). Os poderosos buscam hegemonizar não só o passado, mas também no futuro quer ser recordado, daí, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, o fazem de modo que essas venham a ser lembradas e eternizadas, é um retrospectivo que quer ser prospectivo, o presente e o futuro usam do passado, o instrumentam como arma política, cultural, projetiva de interesses e projetos, um deslocamento pragmático do tempo e de coisas no/do tempo (LE GOFF, 1979).

As origens incertas reforçam as tradições; sua racionalidade tende a problematizá-la; os imaginários e representações em torno de sua historicidade produzem herança e fundamento. Nesse sentido, o patrimônio não seria um bom aliado do campo da história. É necessária a invenção; o creditável, nesse sentido, é a boa dose de invenção e ausência de lógica e coerência (o trocadilho do *se non è vero, ma ben trovato* é importante!). O passado é reorganizado constantemente; impor versões é condição fundamental para o mesmo. Freud diz que a humanidade sempre desenvolveu ilusões inacessíveis à crítica lógica e que contradizem a realidade (o tempo faz

de nós todos mentirosos), mas o elemento central aqui é a propriedade e o controle, valor da posse, dos significados, quem os impõe e os legitima, de que forma ajusta a herança cultural e com que intenções? Diz Lowenthal (1998, p. 127) que “para ter sua herança em vida, os gregos constroem seus anfiteatros, cultivam os antigos nomes, lançam réplicas de navios e copiam fachadas clássicas”.

A questão fundamental é a ideia de não perder, de herança, de selecionar, referenciar temporalmente e refazer patrimônios. Dentro dessa visão do campo de conflitualidades em torno do passado, em que a memória se localiza, seu destino e uso permanecem incertos, podem até ser contraditórios e, não incomum, ambíguos/ambivalentes no decorrer dos tempos (mudar completamente de significados num tempo e no outro). Modernidade e tradição não necessariamente precisam ser antagônicas, podem, sim, confluir nesse cenário de velocidade e aceleração do tempo em que se vive, claro que em correspondência com o que a primeira quer e interessa da segunda. Por isso, que hoje nos festejos considerados populares se dimensiona elementos da tradição envoltos na religiosidade, na gastronomia, nos rituais alegóricos etc. Se pensarmos na ligação existente entre lugares e fatos de memória e turismo, isso está bem presente no mundo televisivo e das produções cinematográficas desenvolvidas pelos recursos de técnicas modernas, horizontes vividos e relacionais do passado passam a ser projetivos e atraindo multidões (LOWENTHAL, 1998).

A memória pode permitir a colocação dos indivíduos no tempo, esse tempo interligado em rede de significados, afetos e esperança. Porém, sabe-se e, insistimos nisso, de que os tempos e as concepções sobre muitas coisas das temporalidades definidas podem ser ambivalentes, sofrer interpretações até contraditórias. Ou seja, o que podia ser normal numa época, pode não o ser em outra. As reincorporações dos tempos podem seletivizar e reformular o passado.



Figura 03: Monumento localizado no Trevo de Irani – SC, local do primeiro combate do conflito social denominado Guerra do Contestado (1912-1916). O mesmo revela unidades simbólicas interligadas entre a terra (natureza), os sujeitos envolvidos (caboclos e militares) e a dimensão religiosa dos camponeses.

Fonte: Valdirene Chitolina (gentilmente cedida).

O material e o imaterial como dinâmicas e interpretações sociais

Os monumentos propagam a ilusão de uma memória comum
(James Young)

Se refletirmos sobre o que se convencionou chamar de memória patrimonial, veremos que a mesma é, em geral, uma memória social, quando não coletiva. A referida tende a estar em consonância com o conjunto das representações de formas de vividos temporais que cada grupo social produz, institucionaliza, pratica, e transmite por meio de formas variadas de socialização e de interação dos membros e desses com outros de fora, por isso ela tem correlação com identidades e alteridades, bem como fronteiras espaciais e históricas (ABREU; CHAGAS, 2003).

O patrimônio cultural pode ser entendido como o conjunto de bens materiais e imateriais, não só as edificações e os monumentos históricos ou as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, de todas as classes sociais (BARRETO, 2003, p. 11), capaz de estabelecer ligações entre passado com o presente e esse com o futuro, ou seja, garantir permanências e continuidades. O patrimônio cultural é uma herança do passado que os homens intencionam transmitir às outras gerações. É um conjunto de todos os bens materiais e imateriais que identificam sujeitos e grupos sociais, em que esses também se identificam, interessam e possuem valor. São vários os patrimônios culturais: arquitetônico, ambiental/natural, artístico, religioso etc. (VOGT, 2008). Bens de valor simbólico, expressos pela memória coletiva e alimentados por representações culturais, em geral, são merecedores de transmissão, por isso de proteção; são os que respondem a expectativas, desejos e identificações de grupos, comunidade, expressão de sua identidade cultural (IPHAN, 2004). Daí a importância de ser valor histórico e cultural, de seus ritos e cerimônias comemorativas.

Sabemos que na vida social os homens produzem e vivem em interação com bens materiais e simbólicos/imateriais, manifestos num conjunto de representações, objetos, linguagens, discursos que se materializam no cotidiano e nos fatos mais extraordinários. Desse modo, a dimensão coletiva e individual da memória patrimonial não pode ser entendida como um conjunto homogêneo e coerente de representação do passado (ABREU, 2003).

Continuamos desenvolvendo a nossa ideia/eixo central de que os elementos que envolvem a memória estão relacionados com seleção e atribuição de determinados valores, não só em suas características de forma e função, mas de representação, identificação com grupos, locais, étnicas, culturas, período histórico de pertencimento e contextualidade. Na realidade, as sociedades buscam restaurar aspectos do passado, pois esses revelam a passagem temporal e espacial dos grupos e indivíduos; é sua identidade espacial, temporal, social e individual (sentimental). Proust analisou a memória na perspectiva da reconstituição dos lugares sentimentais, em especial

os da infância, essa lembrança oculta, mas latente, que clama por atualizações (visitar, retorno ao local de origem), como ecos do tempo que estão em nossos ouvidos e que são testemunhas vigilantes dos fatos vividos, de reencontros simbólicos de tempos entrecruzados (FILTEAU, 2004).

O passado é verdadeiramente rejeitado quando sua importância perdeu sentido e sua inovação torna-se inevitável. Mas quem decide isso? São os grupos sociais no poder, os notáveis no interior das famílias, os indivíduos com poder de decisão. Memória, lembrança e esquecimento passam pelo crivo do poder, da cidadania e das identidades (LUPORINI, 2002).

As memórias que envolvem patrimônio coletivo podem construir mitos em torno de figuras que encarnam grupos/coletividades, heróis sacralizados (ABREU; CHAGAS, 2003); há quase sempre um desejo de apropriação social pela simbologia cultural e política, conservando ufanismos, romantismos com o passado, ícones representativos de tempos e de identidades (lembramos dos símbolos que configuram a denominada “cultura gaúcha” manifestos no chimarrão, gastronomia, indumentária, dança, música, estilos e a poética que se imprime como linguagem regional, seus inúmeros símbolos, ritualidades etc.).

Os monumentos, em geral, tendem a sacralizar heróis, empacotar, congelar, ossificar, imobilizar a memória (HUYSSSEN, 2000). Diz o autor que há um culto aos templos, aos obeliscos, a torres funerárias como se estivéssemos confrontando a aceleração dos tempos, a transitoriedade da vida moderna. Negocia-se a memória de uma sociedade em seus aspectos de crença, valores, mediadores, instituições, espaços públicos de manifestação. Alguns monumentos são derrubados facilmente em momentos de fúria e/ou de alegria (lembrando das estátuas de Stalin e Lênin, com a queda do Muro, das de Saddam e outros, por ocasião de tomada de poder de outros grupos), outros são mantidos como figuras de esquecimento porque seu significado foi erodido pelo tempo (HUYSSSEN, 2000, p. 68). Pós-queda do Muro de Berlim, por exemplo, houve mudança do nome das ruas de Berlim Oriental, devolvendo-as ao seu elenco pré e

antisocialista como expressão de estratégia de poder, de apagamento, de humilhação, de um novo grupo no poder, de uma nova marca histórica e, o que não se encaixa, é excluído. O patrimônio serve para isso também; mais uma vez percebemos que lembrar e esquecer são dinâmicos que também passam pelo crivo político dos grupos no poder, como interesse de governo.

A memória patrimonial, como qualquer outra expressão do tempo passado, necessita de repetição e re-atualização das lembranças principalmente nos rituais de comemoração (desfiles, discursos, eventos, narrativas, leituras refeitas, discursos, re-vivências, imaginação e imajação), lançando sempre algo, ao mesmo tempo, ao esquecimento, à marginalidade, à exclusão, à anulação de significados e de presença (é só ter presente a situação quando os Talibãs assumiram o poder no Afeganistão e a proibição de cultuar as esculturas de/na pedra, referentes ao campo religioso e político de grupos oponentes do campo político, o que acontece hoje nos territórios de conflitos entre palestinos e judeus, o uso de símbolos de identidade religiosa em escolas na Europa, dentre uma série de outros exemplos atuais). Testemunhar faz parte dos que desejam marcar a História (LE GOFF, 1981). O testemunho possui um caráter vinculante, de adesão, de congregação, ou seja, permite atribuir as definições sociais da realidade das representações que os indivíduos tiveram no passado em correspondência com (situ)ações comuns, passíveis de identificação e atração grupal – ninguém testemunha para si mesmo. O testemunho lembra para o outro, confia-se no outro; nossa memória de identidade só se efetiva se for e estiver na conjunção de outros, por isso ela é alteridade; o autoreconhecimento implica, também, no reconhecimento dos outros (HUYSEN, 2000). Os monumentos, as esculturas, imagens reconhecidas socialmente alimentam-se pela alteridade, é essa que lhes dá legitimidade e reconhecimento; é nesse sentido que seu local típico é no espaço público.

Autores insistem que a modernidade exige escolha e não é mais o destino que responde por nós, e que, por isso, o indivíduo é testemunho de si mesmo (OLIVEN, 2003). Não obstante, no campo

da memória, das lembranças e dos esquecimentos, o testemunho pode dar um ordenamento ao tempo, define certa certeza da passagem do tempo, do que aconteceu ou não aconteceu (HUYSSSEN, 2000). Por isso que o passado é construído em sua dimensão social e tende a ser seletivo, representado, demandado pelos grupos e indivíduos, reformulado e, sem dúvida, produtor de alguma conflitualidade.

As pessoas, a partir de seus interesses funcionais, poderão conservar testemunhos do passado de forma diferente. Desse modo, também, o testemunho não tem nada de neutro, é também um jogo. O próprio Halbwachs (1988) já dizia que é o presente que lembra e o passado se veste da maneira que ao presente satisfaz. Nesse jogo de poder, podemos citar as “estatuomanias” (BLANCRARA, 2010, p. 203), que servem de dispositivos para impor formas de produção de tradições, identidades culturais nacionais comuns que, no fundo, acabam sendo uma espécie de liturgias políticas das nações modernas para (re)produzir e inventar tradições e identidades, legitimar e rememorar “grandes homens” (memórias exemplares) que encarnam ideais e/ou ideais que funcionam como base educativa na disseminação de significados de orientação e alerta humano (é o caso do memorial do Holocausto em Berlim, o traslado de Joana D’Arc ao Pantheon, a conservação de alguns dos campos de concentração...), de paisagismo para a arquitetura urbana, próprios do estilismo da modernidade (BLANCRARA, 2010) em relação com as identidades, com os “heróis nacionais”, com os espaços, com o lazer, com o uso dos locais.



Figura 04: A Estátua do Laçador em Porto Alegre, localizada próximo a uma das vias de entrada e saída de Porto Alegre, é um marco e um monumento de representação do gaúcho. O mesmo produziu e continua ainda gerando polêmicas em torno de sua significação, representação, estilização e sentido. Finalizada em 1958 pelo escultor Antônio Carangi, a obra se baseou nas informações de ordem cultural e históricas fornecidas pelo folclorista Paixão Côrtes.

Fonte: Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 15 de set., 2008, p. 30.

Diálogo com os tempos

As pedras sempre acolheram a memória. (Candau)

Sem dúvida, a memória patrimonial nos faz entender que, o pouco que conhecemos do presente é fruto de nossa grande tendência de ignorar e esquecer o passado (CHAGAS, 2005). Precisamos de um diálogo com os tempos, com as inovações, mas com as tradições também. É desse diálogo que vai depender a determinação de significados. O monumento, por exemplo, é um sinal do tempo passado significativo; evoca o passado, cristaliza-se e perpetua a recordação, assim como se perpetua com a recordação, ambos se retroalimentam (LE GOFF, 1981); é um legado coletivo da memória histórica, política, identitária, mas que também não é neutro, nem produzido e significado tão coletivamente assim. É o que é tangível e visível, massifica e populariza sua adesão, contato e visibilidade; em teoria, seria um símbolo democratizante (Le Goff já dizia isso), por isso que, em geral, é colocado em espaços públicos, de acesso livre, mas de significado enquadrante, expressão integrativa e de representação grupal hegemônica (ou para hegemônizar-se – nisso, as cidades de expressão migratória européia no sul do Brasil expressam muito bem).

No entanto, se não forem mantidos os rituais de lembrança e significação constantes, a memória e os tempos podem ser relegados ao esquecimento (HALBWACHS, 1990) e esquecer pode significar perda de sentido e de poder de representação de determinados grupos sociais. Os grupos representados e representativos (esfera do poder e do conteúdo de memória) serão fundamentais nesse dinamismo e movimento dos tempos e de sua significação (KUNDERA, 1998).

É bom que se diga que a memória patrimonial não se apresenta só em grandes monumentos, em estátuas grandiosas de grandiosos (dos “grandes homens” e dos “grandes fatos”). A mesma pode estar, também, nas línguas dialetais, no documento, no artesanato, na cultura de grupos, nas obras de arte, nos arquivos das empresas,

na arquitetura, nos artefatos, saberes, rituais, símbolos etc., como mobiliário social e herança cultural de povos (FORTUNA, 1997; OLIVEN, 2003). Expressões de memória material e imaterial não possuem tanta fronteira assim, são horizontes que se complementam e se integram.

Atualmente visualiza-se uma grande tendência do uso do turismo como “capital memorial”, para ver e (nem tanto apreciar) as “coisas de memória” (um exemplo disso estão em várias rotas turísticas da região colonial do Rio Grande do Sul, com forte presença de alemães, italianos e poloneses), de tradições locais, os “ecomuseus” de sociedades com características rurais tradicionais, como “museus fixos” que buscam conservar memórias locais (Memória do Contestado, por exemplo). Diz Candau (2005, p. 128) que “os objetos não valem só pelo que eles são, mas pelo que eles são sob os olhares dos outros”.

Os museus também podem ser transformados em espaços dinâmicos de mobiliário social e herança cultural de grupos. Fala-se muito em museus, em suas múltiplas dimensões, na necessidade de torná-los menos míticos, ou seja, como espaços de mediações culturais, com tempos, significados, funções e imaginações múltiplas. Chagas (2008, p. 113) diz que os mesmos são vistos ainda em torno de uma representação idealizada e distante de seus sentidos e de uma nova museologia. Diz o autor (2008, p. 113) que os mesmos são ainda,

[...] cantos que podem dissolver o presente no passado e, também, fazê-lo desabrochar no futuro; antros ambíguos que podem servir, indistintamente, a dois ou mais senhores; campos a serem cultivados tanto para atender a interesses personalistas quanto para favorecer o desenvolvimento social de populações locais; espaços que são, ao mesmo tempo, celas solitárias e terrenos abertos e iluminados pelo sol; casas habitadas, simultaneamente, pelos deuses da criação, da conservação e da mudança.

O autor insiste que há ainda muito uso político dos museus, equívocos de interpretação, dimensões autor insiste que há ainda muito uso político dos museus, equívocos de interpretação, dimensões autoritárias, permanência do modelo clássico e tradicional de

exposição. O autor prega a necessidade de redefinir os museus, sua mediação social e cultural, os recursos e metodologias expográficas, novas noções de preservação, restauração e documentação; importância em torná-los espaços plurais, de diversidade museal, com múltiplas formas e maneiras de agir para que sejam cada vez úteis (CHAGAS, 2008, p. 116), que o coletivo se sinta representado e refletido.

A memória patrimonial possui uma grande relação com as representações coletivas/sociais e os imaginários sociais; em alguns momentos esses podem estar ou ser mais dinâmicos, em outros menos; tudo vai depender dos interesses sociais, culturais, de poder etc. Muitas vezes, seus enunciados discursivos, sua poética e elaboração de valor adquirem caráter de verdade, de inviolabilidade e de sacralidade, não permitindo “restauração interpretativa” (LUPORINI, 2002). Seu uso político, ideológico, cultural e econômico é que lhe configuram significação e importância. Nessa questão, é interessante lembrar as discussões em 2008 em âmbito local/regional, em Passo Fundo (centro-norte do Rio Grande do Sul), a qual nos envolve, em torno das questões de tombamentos e preservação do que se considerava patrimônio histórico e arquitetônico, situação essa em que o setor da construção civil estava demolindo ao máximo para construir prédios antes que houvesse uma lei de preservação. No fundo, em razão dessa realidade do literal tombamento, começou-se na esfera pública, universitária, jurídica e grupos interessados, discutir o que deveria ser considerado memória histórica. Viu-se que, sem dúvida, havia uma economia política da memória, em que o espaço é valorizado e/ou conservado (tombado como patrimônio) em razão de interesses econômicos sobre o espaço. Os interesses são múltiplos, a dimensão econômica prevalece sobre as de preservação; ambas revelam um difícil casamento na realidade atual. É por isso que lidar com o tempo e as coisas do passado revela a percepção que grupos e indivíduos possuem do tempo histórico e da historicidade que processos sociais são merecedores e tocam no íntimo das pessoas. A passagem da recordação através de gerações requer vigilância, consciência histórica do passado, mas, acima de tudo, do presente,

seus fatores intervenientes.

A ideia de patrimônio está envolta em polêmicas; expressa um bem de valores múltiplos e para várias áreas a serem transmitidos e/ou preservados (CHOAY, 2001). A ideia de perigo e de valor legitima ações preservacionistas; essas são, então, ainda carregadas pela ideia da perda e pelo conflito de interpretações e da memória traumática. Chagas (2005) insiste no fato de que junto com a preservação, deve-se fazer um esforço de resignificação; ou seja, refuncionalizar o patrimônio, que o mesmo sirva de mediação de tempos, do visível e o invisível, de significados contemporaneizados, que possa ligar tempos, referências distintas, mas que, no decorrer do tempo, possam ser manifestas, sem disciplinar e induzir gostos, sem o domínio de uma racionalidade indutora e cristalizadora do tempo e dos significados, sem exercer controles sobre grupos e forçar interpretações extemporâneas. Por isso a importância da negociação contínua dos significados e funções do que passa a ser considerado patrimônio, em especial, o cultural. “O que está em jogo nos museus, e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação” (CHAGAS, 2005, p. 132).

Dar visibilidade aos vestígios, às memórias de lugares e aos lugares de memória, é quase que um imperativo na sociedade atual, pois, como muitos críticos contemporâneos falam, vivemos num período de ameaça das identidades, de substituição de tempos e lugares, de encurtamento de distância, de massificação de registros (propiciada pelas técnicas digitais e midiáticas), de tempos com dimensões lineares etc. (LE GOFF, 1981, NORA, 1997).

O patrimônio cultural é uma dimensão de tempos longos, herança de geração a geração, expressa bens e valores materiais e imateriais, dinâmica contínua de transmissão de valores e crenças, de saberes e modos de fazer e de viver que caracterizam um grupo social num determinado lugar e tempo (SANT’ANNA, 2003). No fundo, o que queremos enfatizar é que não podemos negligenciar seus elementos políticos e outras dimensões envolvidas nem olhar

a memória patrimonial com os olhos do romantismo puro e da nostalgia descomprometida e extemporânea, que cristaliza tempos e fatos. Se assim for, não haveria tanta separação entre o velho e o novo; ambos estariam compondo a memória histórica, integrando em suas contradições temporais e espaciais, o imaginário dos tempos e as formas dos vividos.

Insistimos que não podemos perder de vista horizontes mercantilizadores que, também, redefinem o que é o velho e o novo, identificam e conceituam o que é tradição e modernidade, o demonstrável/dizível e o negligenciado/não-dito. Há um mercado dos bens simbólicos e, nesse mercado especial, sujeitos, grupos e ambientes construídos poderão ser esquecidos e atravessados por ideologias de classe, midialização das tradições até como expressão de homogeneidade cultural (gauchismo – a dita “cultura gaúcha” - etnicidades transmitindo ideias e valores de pertencimento), que, sem dúvida, colabora em muito para o apagamento da memória e de reconstrução seletiva da mesma.

É importante ver esse processo da produção e da poética dos significados patrimoniais em sua dimensão política, por atores políticos concretos, os quais, também, definem o uso e a preservação de significados coletivos, de políticas culturais, de apropriação democrática do patrimônio etc. (estamos escrevendo isso nesse período da “Semana Farroupilha” no estado do Rio Grande do Sul, e nos veio à mente a ambiguidade de muitas comemorações no campo político, na ambivalência de sua significação já que está próxima da Semana da Pátria! Como entender que numa semana se ritualiza a Independência do país e, oito dias depois, a tentativa de independência em relação ao país?).

A memória patrimonial pode ser usada para evitar e, ao mesmo tempo, congelar a memória; pode produzir um fundamentalismo de memória (lembrar o culto a personalidade de Stalin, Hitler, Mussolini, Saddam, Mao, Vargas, os grupos que buscam reconstituir e ressignificar credos religiosos e filosofias políticas consideradas, em tempos posteriores a sua ação social e política, como execráveis e/ou abomináveis, inclusive como crime).

Síntese de ideias conclusivas

É necessário fazer uma análise crítica das escolhas do que foi, é e será preservado (o dito e o não-dito). Sabemos bem que sempre há uma tendência da memória histórica tradicional em referendar o patrimônio consolidado, como sendo pertencente e representado a todos indistintamente e apresentado como inquestionável, muitas vezes, até reificado e homogeneizado temporalmente (ideia de que, por sermos rio-grandenses, todos somos os ditos gaúchos; bem como a presença de extracomunitários na Europa; identidades são forjadas, há os italianos e os não italianos, os europeus e os que não são europeus, ou seja, identidades e pertencimentos são produzidos em razão de políticas discriminatórias, que identificam os de fora, promovem a integração e congregação dos de dentro). Há, em geral, pouco envolvimento de grande parte das pessoas na construção dos significados e objetos patrimoniais, daí também sua grande negligência/esquecimento, desconhecimento e indiferença.

Patrimônio dá ideia de vínculo e dependência entre gerações, entre pais e filhos, obrigação de transferência de herança material, espiritual, institucional e cultural (ABREU; CHAGAS, 2003). É um mobiliário social, de representação coletiva, de herança e identidade que deve ser socializada, reconhecida, representada, identificada e reproduzida, mas não vistas de uma forma neutra e desinteressada. A noção de mobiliário transmite ideia de vestígio, desejo de deixar rastros; é passagem; é revelador de relações sociais, de grupos e de coletividades integradas a um determinado poder político, religioso, cultural, a um local etc. (LUPORINI, 2002; ABREU; CHAGAS, 2003).

É importante frisar que as condições do imagético se estendem para além da materialidade; são históricas, sociais, culturais, políticas, religiosas (OLIVEN, 2003). Esses testemunhos e vestígios dizem muito, ou, então, dizem o que não é dito, o que se encontra escamoteado; estão na esfera do simbólico, mas nem por isso menos importantes ou ineficazes (LUPORINI, 2002). As imagens simbolizam, dão corpo, forma e cor à imaginação, representam, enquadram, são pensadas; logo, são muito importantes.

No mundo atual, parece que tudo anda e deve andar mais rápido, tudo é acelerado (o tempo, as técnicas, o espaço, a informação, a imagem, o consumo, as pessoas...), tudo deve ser visto e, para ver tudo, precisa-se ver rápido, por isso mais rápido se torna o sentimento de ruptura com o passado. Desse modo, deixar vestígios é importante, assim como congelar o tempo de algo, criar lugares para a ritualidade das lembranças ou para coisas que não se quer mais que sejam repetidas (Holocausto, escravidão negra no Brasil, guerras, chacinas, conflitos culturais e religiosos entre grupos, de lutas e conquistas). Esses conhecidos “lugares de memória” seriam um atestado da forma de ver o tempo nesse mundo, ao mesmo tempo, uma expressão do temor da morte, das ameaças do esquecimento e das perdas (NORA, 1997). O papel das datas, dos lugares, dos objetos simbólicos é justamente esse, ou seja, de dar garantia de continuidade, legitimidade, enraizamento espaço-temporal e confirmação da própria identidade dos grupos.

Sem dúvida, os lugares de memória são formas e ocasiões de demonstrações, de exteriorização das memórias. Os mesmos acabam tornando-se lembranças visíveis que condensam a imagem de um passado evocador, que quer transcender que faz um apelo ao pertencimento, ao radicamento de tradições e de crenças; representação pública e objetiva da memória, de comunidades; uma forma de ritualizar a tradição (NORA, 1997).

Os objetos de memória contêm em si um grande valor simbólico; destruí-los significa destruir o passado e o que ele quer representar, em geral, fatos e pessoas/grupos. Hoje, países com melhores condições econômicas, buscam restaurar seus prédios antigos, castelos, lugares significativos no campo político e religioso. Em nome da dinâmica mercantil do turismo e da padronização estética do ambiente construído urbano, restaura-se muito, porém, dificilmente o restauro conserva a linguagem simbólica original e raramente se consegue restabelecer uma interpretação perdida, a dita aura que Benjamin falava tanto. Os monumentos são suportes materiais de memória coletiva e transgeracional (LUPORINI, 2002). É desse modo que os mesmos se abrem ou entendemos que seria interessante se

abrir para reinterpretações, colocando em circulação o conteúdo da memória e expressando, também, sua possível vulnerabilidade. Daí a importância dos rituais, reinvenções, ressignificações constantes no tempo presente e na capacidade de projeção de vida futura dos homens e dos objetos/símbolos significativos.

Não podemos deixar de mencionar que há memórias sociais/públicas que necessitam de certo silêncio para depois serem lembradas, determinadas cicatrizes precisam ser curadas (TODOROV, 1995; LEVI, 1989). Os genocídios da Segunda Guerra, a literatura sobre os mesmos, sobre o fascismo, sobre a colonização na América Latina, regimes totalitários como os existentes em vários países da ex-União Soviética, na Espanha, no Brasil, dentre muitos outros, expressam esse silêncio como repressão da memória e “amnésia imposta”.

Enfim, voltamos a insistir que o patrimônio cultural é de fundamental para a identidade social, para intensificar a ideia da integração cultural como bem-viver social e reforçar a autoestima e a apropriação da herança cultural principalmente por grupos/comunidades que são ameaçadas pelo esquecimento.

Notas

* Professor do Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2003.

BLANCRARA, Pierre et al. **Le guerres de mémoire**. Paris: La Découvert, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDAU, Jöel. **Anthropologie de la mémoire**. Paris: Armand Colin, 2005.

CARRERA, Alessandro. **Il futuro della memoria**. Milano: Franco Angeli, 2001.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra. (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2001. p. 43- 69.

CHAGAS, Mário. A radiosa aventura dos museus. In: DODEBEI, V.; ABREU, R. (Org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra-capá, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: __; ABREU, Regina. (Org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra-capá, 2008. p. 11-32.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FILTEAU, Claude. et al. **Mémoire et culture**. Limones: PUL, 2004.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades. Narrativas, patrimônios e memória. **RBCS**, n.33, a. 12, 1997, p. 126-141.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Memoria di Terrasanta**. Venezia: Arsenale, 1988.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

JANET, Pierre. **Evolution de la mémoire et de la notion de temps**. Paris: Desclée de Bourvier, 1978.

KOSELLECK, Reinhart. **Le futur passe**. Paris: Éd. de l'EHSS, 1990.
KUNDERA, Milan. **Il libro del riso e dell'oblio**. Milano: Adelphi, 1998.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? **Le Débat**, Paris, p. 49-50, 1989.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopedia Einaudi**. Torino: Einaudi, 1981. [Verbetes].

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopedia**, v. VIII, Torino: Einaudi, 1979. [Verbetes].

LEVI, Peirre. **I sommersi e i salvati**. Turim: Einaudi, 1986.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, n. 17, São Paulo, 1998, p. 63-201.

LUPORINI, Tereza. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. **Ciências & Letras**, n 31. Porto Alegre, p. 325-338, jan./jun. 2002.

NORA, Pierre. (Sous la direction de). **Les lieux de mémoire**. Vol. I. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEN, Ruben. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**. 2003, p.77-80.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio...**, 2003, p. 46-55.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada

subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Jalis Renato. Memória, narrativa e história: a propósito de Benjamin, Vernant e Le Goff. **Estudos de História**. Franca, vol. 11, n. 2, 2004, p. 27-39.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: História & Cultura**. Caxias do Sul, vol. 7, n. 13, jan./jun., 2008, p. 13-31.

Abstract

The paper analyzes the political dimension of memory, its use, its importance for the history, some elements in the definition of political memories and the memories of politics, particularly by groups in power. Accordingly, we emphasize the memory sheet as a great resource and mediation in the actions of government and in the actions of social control.

Keywords: Memory. Politics. Power. Social control.